

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

COMPETENCIAS BÁSICAS

Competências a serem desenvolvidas ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental

Tânia Maris de Azevedo¹; Vania Morales Rowell²

¹ Graduada em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (1988), mestre em Letras – Linguística Aplicada, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995) e doutora em Letras – Linguística Aplicada, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Atualmente, é professora titular do Curso de Letras e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul. Suas áreas de atuação em pesquisa e ensino (em cursos de graduação e pós-graduação) são, principalmente, semântica argumentativa, discurso, enunciação, gêneros discursivos e prática de ensino. Atua, também, como consultora nos seguintes temas: ensino de língua materna, competências e habilidades, formação de conceitos, problematização, planejamento e avaliação educacional. tmazeved@ucs.br

² Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (2000) e mestre em Letras – Linguística Aplicada, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). É professora titular das disciplinas de Língua Portuguesa Instrumental e Produção Científica e Textual, na Faculdade da Serra Gaúcha (Caxias do Sul-RS). É colaboradora do grupo de pesquisa Linguagem, Semântica e Ensino, coordenado pela professora Tânia Azevedo. Atua, ainda, como consultora nos seguintes temas: ensino de língua materna, competências e habilidades, formação de conceitos, problematização, planejamento e avaliação. vania.rowell@fsg.br

1 INTRODUÇÃO

Muito vem sendo debatido e estudado sobre o desenvolvimento de competências na educação formal. Em tempos de reestruturação curricular do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, não há como se ausentar da discussão acerca de o que se entende por *competência* e de que competências devam ser desenvolvidas pelos alunos nesses níveis de ensino.

Fruto de análise e estudo de grande parte da bibliografia existente sobre o tema e da considerável experiência docente em nível de Ensino Fundamental e de Educação Superior em cursos de licenciatura, relativos, portanto, à formação de professores, vimos realizando, desde 1998, junto a docentes de Caxias do Sul e da região, alguns estudos sobre a aprendizagem como desenvolvimento de competências e habilidades, formação de conceitos, constituição de valores e adoção de atitudes. De fato, para nós, o currículo escolar deve estar fundamentado numa concepção de aprendizagem que abranja esses cinco aspectos, pois acreditamos que a formação de conceitos e, portanto, a construção de conhecimentos não resulta necessariamente em saber, mas é a mobilização dos conhecimentos construídos, das competências e habilidades desenvolvidas, das atitudes adotadas, dos valores constituídos e sua conversão em estratégias eficazes e viáveis para a solução dos problemas próprios da sobrevivência e da vida em sociedade que estão na base da constituição de um saber.

Com o intuito de alargar a discussão, apresentaremos, mesmo que brevemente, algumas concepções de *competência*, incluindo a nossa, para que possamos fundamentar o elenco de competências cujo desenvolvimento julgamos indispensável oportunizar ao sujeito conhecedor ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

2 CONCEPÇÕES DE *COMPETÊNCIA*

Começamos por examinar as concepções de *competência* veiculadas por alguns documentos que compõem a legislação do ensino no País.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), uma competência não fica restrita ao âmbito do conhecer, vai além, porque pressupõe ação numa dada situação. “O agir competente inclui decidir e agir em situações imprevistas, mobilizar conhecimentos, informações e hábitos, para aplicá-los, com capacidade de julgamento, em situações reais e concretas”³. Competência, na visão do CNE, implica, então, um agir situado, contextualizado, e não mecanizado, automatizado. Torna-se importante essa constatação para que um ensino voltado ao desenvolvimento de competências seja inteiramente repensado, reconfigurado.

³ Conselho Nacional de Educação, Parecer nº16/99, PCNb, 1999, p.32.

Competências, segundo o documento do ENEM (1999) “são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer”. Desde essa perspectiva, competência, ao mesmo tempo em que pressupõe ação, é pressuposta pelo conhecer, ou seja, para conhecer é preciso estabelecer relações entre objetos, situações, fenômenos e pessoas, por meio de ações e operações, por meio de competências.

Para Perrenoud (2000, p. 15), “competência é a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”. E continua, dizendo que as competências não são elas mesmas “saberes, *savoir-faire* ou atitudes”, mas mobilizam, integram e “orquestram” tais recursos. Ainda conforme o mesmo autor, essa mobilização só é pertinente “em situação”, sendo cada situação singular, “mesmo que se possa tratá-la em analogia com outras, já encontradas”. Novamente, aqui, encontramos a noção de ação contextualizada, inserida em um tempo e um espaço únicos, embora passíveis de serem semelhantes a outros.

Garcia (2007) parece ratificar essa ideia de que a ação está imbricada na competência ao afirmar que uma competência permite mobilizar conhecimentos para enfrentar uma determinada situação. E, se envolve mobilização, a competência não é o “uso estático de regrinhas aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessários.”

Monereo e Pozo também referem o caráter circunstancial da competência.

Ser competente supone muchos complementos circunstanciales: para qué, en qué lugar, en qué tiempo, de qué modo, con qué recursos, etc., y esas circunstancias deben estar presentes durante la enseñanza y la evaluación. Dicho de otro modo, pensamos que desde la educación formal podemos sobre todo enseñar habilidades y estrategias que el estudiante, cuando se enfrente a un problema auténtico, podrá coordinar en una competencia; sin embargo, esa competencia se consolidará en su contexto de uso, por lo que la formación permanente deberá tener un papel crucial. (MONEREO e POZO, 2001, p. 18)

Parece ser consenso entre esses autores a natureza contextual da competência e disso inferimos que um ensino que não exponha os aprendizes a situações-problema – isto é, a problemas circunstanciados, cujas soluções exijam deles a mobilização de conhecimentos construídos, habilidades desenvolvidas, atitudes e valores constituídos – não redundará no desenvolvimento de competências.

Com base nesses e em outros estudos (que não referiremos dados os limites deste artigo), concebemos *competência* como a *capacidade, desenvolvida pelo sujeito conhecedor, de mobilizar, articular e aplicar intencionalmente conhecimentos (sensoriais, conceituais, procedimentais), habilidades, atitudes e valores na solução pertinente, viável e eficaz de situações que se configurem problemas para ele.*

Explicitemos os termos grifados: (a) utilizamos ***mobilizar*** no sentido de *acessar* (localizar e selecionar) e *trazer à consciência*, o que pressupõe conhecimentos construídos, habilidades desenvolvidas, atitudes e valores constituídos – convém explicar que o desenvolvimento de competências não é a finalização do processo de aprendizagem, mas seu objetivo maior, portanto, se desenvolver competências implica apropriação de conhecimentos, habilidades atitudes e valores, simultaneamente configura-se como decisivo e indispensável para a ampliação e o aperfeiçoamento das aprendizagens consolidadas e para a efetivação de novos aprenderes; (b) o termo ***articular*** foi usado aqui com o sentido de *pôr em relação, adequar, fazer convergir*, pois não há como pensar o desenvolvimento de competências a não ser sistemicamente, na intrincada e complexa rede de relações em que o saber se constitui, e aprender nada mais é que tecer essa rede; (c) ***aplicar***, nessa concepção, tem o sentido de *pôr em ação para resolver problemas*, até porque não há sentido algum em desenvolver competências senão para resolver os problemas que se impõem ao sujeito conhecedor, ninguém é julgado *competente* a não ser que resolva, de forma viável e eficaz, os problemas aos quais é exposto.

Ainda à guisa de esclarecimento, consideramos *competência* uma *capacidade*, por crermos ser um potencial passível de desenvolvimento, configurando-se, portanto, como algo possível de ser aprendido, aprimorado e ampliado no curso das vivências e experiências⁴ interativas do sujeito cognoscente. Por julgarmos ser a *competência* objeto de aprendizagem – porque há que ser desenvolvida –, vemos seu desenvolvimento como *intencional*, subordinado à vontade do aprendiz, e não como fruto do acaso ou de situações aleatórias e de atos de pensamento involuntários (se isso for possível) ou ocasionais. Se assim é, para que haja aprendizagem, desenvolvimento de competências, o aprendiz deverá estar imbuído do desejo de aprender, de ampliar e aprimorar seu desempenho.

3 COMPETÊNCIAS-FOCO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

Pensando no aluno como cidadão de um mundo globalizado, competitivo e pleno de diversidades, acreditamos ser imprescindível a ele, no mínimo, o desenvolvimento das cinco competências que passamos a comentar sucintamente. É importante dizer que a ordem em que serão citadas só diz respeito à sua apresentação, não a uma hierarquização de qualquer natureza.

São elas:

- *resolver problemas de forma viável e eficaz;*
- *utilizar adequadamente diversas linguagens humanas, sejam verbais (em nível oral e/ou escrito), sejam não-verbais;*
- *avaliar criticamente dados, situações e fenômenos;*
- *usar adequadamente a informação acumulada; e*
- *atuar em grupo.*

⁴ Em sentido *lato*, abrangendo não só vivências e experiências concretas mas inclusive abstrações e generalizações.

Tratemos, agora, de explicitar em que consiste cada uma delas e de justificar sua inserção nos currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

3.1 Resolver problemas de forma viável e eficaz

Para sobreviver, o sujeito precisa, a todo o momento, resolver os problemas a que a convivência lhe expõe. No entanto, para ser considerado um sujeito competente, não basta propor soluções, é preciso que tais soluções sejam viáveis e o mais eficazes possível, sendo esse o diferencial que determina o grau de competência do sujeito, nos âmbitos pessoal, social e profissional.

Resolver um problema é uma atividade complexa que pressupõe, minimamente: (a) identificar uma situação como sendo um problema, portanto, exigindo a transposição de um obstáculo para chegar a uma solução; (b) compreender o problema, seu enunciado e o que ele exige, mobilizando o conhecimento prévio e, se necessário, acessando, selecionando e adquirindo novas informações, construindo novos conhecimentos, aperfeiçoando habilidades ou desenvolvendo novas, adotando atitudes inéditas ou não e assumindo seus valores, redimensionando-os ou constituindo outros; (c) construir estratégias para chegar à solução, buscando recursos e percursos que otimizem o processo de solução; (d) monitorar o processo de solução, julgando a pertinência das estratégias criadas e reconfigurando-as, quando necessário; e (e) avaliar a solução encontrada, testando-a a fim de verificar sua eficácia e viabilidade.

É justamente por sua complexidade que a resolução de problemas é considerada por nós uma competência a ser desenvolvida desde a Educação Infantil.

3.2 Utilizar adequadamente diversas linguagens humanas, sejam verbais (em nível oral e/ou escrito), sejam não-verbais

Num contexto em que prevalecem a multiplicidade de diferenças e a circulação de inúmeras informações, o domínio da linguagem, seja verbal ou não-verbal, quer no que tange à compreensão/interpretação, quer no que se refere à produção, é de substancial relevância.

É pela linguagem, seja qual for sua natureza, que o ser humano interage com os outros seres, com o ambiente, com o conhecimento social e historicamente produzido, enfim, é a linguagem que viabiliza a interação do sujeito cognoscente com o objeto de conhecimento, é por meio dela que o sujeito acessa e processa informações, estabelece relações, forma conceitos e os representa. Portanto, torna-se imprescindível ao sujeito, para a vida em sociedade, a aprendizagem de diversas formas de linguagem, a fim de poder utilizá-las de forma adequada em todos os

contextos nos quais se insira. Eis o porquê de o desenvolvimento, sistemático e formal, dessa competência ser previsto já para o início da escolaridade.

3.3 Avaliar criticamente dados, situações e fenômenos

Se o domínio e a utilização da linguagem são essenciais ao sujeito para sua inserção social, de igual importância é a avaliação crítica de dados, situações e fenômenos com os quais terá que interagir.

Inúmeros e diversificados são os contextos com os quais o sujeito interage ao longo de sua existência. Em um mundo tecnologicamente avançado como o que temos hoje, a complexidade e multiplicidade de informações disponíveis e a velocidade de circulação dessas informações exigem do sujeito conhecedor uma avaliação crítica, constante e criteriosa, de modo a que possa selecioná-las e, efetivamente, de posse delas, exercer sua cidadania global.

Não há como conceber um sujeito social autônomo e cômico de seu papel no mundo sem que se valha da avaliação crítica da diversidade de inter-relações e interações pressupostas pela vida social.

3.4 Usar adequadamente a informação acumulada

Esta competência está diretamente vinculada às anteriores, pois, para que a informação produzida pela humanidade possa ser utilizada adequadamente, é indispensável uma avaliação crítica desse universo de informações. Para essa avaliação, é fundamental o domínio das diferentes linguagens por meio das quais as informações foram produzidas e veiculadas. Para a resolução viável e eficaz de problemas, faz-se necessário selecionar e utilizar informações de forma adequada. Todas essas implicações justificam a importância do desenvolvimento dessa competência desde a Educação Infantil até o final do Ensino Fundamental.

Na verdade, em plena “era da informação”, essa competência dispensa maiores comentários. Quais serão as chances de sobrevivência com um mínimo de qualidade de vida para um sujeito que não tiver acesso e/ou não souber utilizar convenientemente a informação produzida pela humanidade?

3.5 Atuar em grupo

De outro lado, saber atuar em grupo, atualmente, tornou-se a mola mestra da convivência e da sobrevivência na sociedade. Cada vez mais, o ser humano

precisa conviver com diferentes grupos, em diferentes esferas sociais, com diferentes propósitos e interagir significativamente na busca de solução para problemas coletivos ou individuais complexos. É condição para o exercício pleno da cidadania global o desenvolvimento dessa competência, daí a proposta de sua integração no currículo dos dois primeiros níveis da Educação Básica.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Se o aprendiz, ao final do Ensino Fundamental, tiver desenvolvido as competências aqui propostas, cremos que o alicerce de toda a sua formação terá sido coerente com as finalidades e com a própria denominação desse nível de ensino.

Além disso, se a aprendizagem escolar tiver como foco o desenvolvimento de competências, tornar-se-á significativa, pois terá a ação e a interação como alicerces, facilitando ao aprendiz a atribuição de sentido aos objetos de estudo, visto que estes estarão inseridos em situações-problema a serem solucionadas. Se é o desafio que promove a aprendizagem, não há desafio sem a necessidade de aprender, ou melhor, é a necessidade de solucionar um problema que move o sujeito conhecedor, que o desafia a buscar novas informações, a construir conhecimentos, a desenvolver habilidades, a constituir atitudes e valores essenciais para tal solução.

O ensino, por sua vez, deixa de ser um mero instrumento de transmissão de informação para assumir a configuração de contexto problematizador capaz de antecipar conflitos impostos pela sobrevivência social e de capacitar efetivamente o sujeito cognoscente a enfrentá-los e superá-los de forma competente, como verdadeiros cidadãos.

5 REFERÊNCIAS

GARCIA, Lenise. A. M. *Competências e habilidades: você sabe lidar com isso?* Disponível em: http://www.escola2000.org.br/pesquise/texto/textos_art.aspx?id=36. Acesso em: 10/06/2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico 2000*. Brasília: INEP, 1999.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MONEREO, C. e POZO, J. I.. Competencias para sobrevivir en el siglo XXI. In.: *Cuadernos de Pedagogía*, n. 370 (enero), 2001, p. 50-55.